



DA INVISIBILIDADE À COGESTÃO: A TRILHA APEPU COMO INSTRUMENTO DE PROTAGONISMO COMUNITÁRIO

FROM INVISIBILITY TO CO-MANAGEMENT: THE APEPU TRAIL AS AN INSTRUMENT OF COMMUNITY LEADERSHIP

Bianca Canali da SILVA
Universidade da Integração Latino-Americana (UNILA)
E-mail: canalli9094@gmail.com
ORCID: <http://orcid.org/0009-0003-6779-8715>

37

RESUMO

Este artigo analisa a implementação da Trilha Apepu como uma estratégia de protagonismo comunitário e cogestão do Quilombo Apepu, localizado no entorno do Parque Nacional do Iguaçu, Paraná. A trajetória da comunidade, marcada por invisibilidade histórica, perda territorial e esvaziamento populacional, exigiu o desenvolvimento de novos arranjos de governança colaborativa para o desenvolvimento local. A análise segue o ciclo de políticas públicas, abordando a formulação do problema e a implementação da Trilha Apepu como uma política em ação. O estudo destaca que, embora a iniciativa de turismo de base comunitária tenha gerado benefícios socioeconômicos concretos, como a geração de renda e a valorização cultural, ainda existem desafios estruturais relacionados à limitação territorial e à dependência institucional. Conclui-se que a Trilha Apepu constitui um passo inicial fundamental para a construção de um modelo de desenvolvimento sustentável e culturalmente integrado, com potencial para fortalecer a autonomia e o protagonismo econômico do quilombo, servindo como um relevante estudo de caso em gestão e política de desenvolvimento.

Palavras-chave: Quilombo Apepu. Cogestão. Desenvolvimento sustentável. Turismo de base comunitária. Governança comunitária.

ABSTRACT

This article analyzes the implementation of the Apepu Trail as a strategy for community empowerment and co-management of the Apepu Quilombo, located in the vicinity of the Iguaçu National Park, Paraná. The community's trajectory, marked by

historical invisibility, territorial loss, and population decline, demanded the development of new collaborative governance arrangements for local development. The analysis follows the public policy cycle, addressing the formulation of the problem and the implementation of the Apepu Trail as a policy in action. The study highlights that, although the community-based tourism initiative has generated concrete socioeconomic benefits, such as income generation and cultural appreciation, structural challenges related to territorial limitations and institutional dependence remain. It concludes that the Apepu Trail constitutes a fundamental initial step towards building a sustainable and culturally integrated development model, with the potential to strengthen the autonomy and economic protagonism of the quilombo, serving as a relevant case study in development management and policy.

Keywords: Quilombo Apepu. Co-management. Sustainable development. Community-based tourism. Community governance.

INTRODUÇÃO

O personagem central desta pesquisa é o Quilombo Apepu, uma comunidade remanescente de quilombo localizada a 26 km da sede do município de São Miguel do Iguaçu, no Oeste do Paraná, no entorno do Parque Nacional do Iguaçu (PNI). A história da comunidade na região iniciou-se há mais de 120 anos, quando seu antepassado, João Corrêa, e sua companheira, Maria Corrêa, chegaram para trabalhar na construção da infraestrutura que conectaría o Oeste do estado. No início do século XX, essa ocupação se consolidou com a instalação de linhas telegráficas e a abertura da estrada carroçável que ligava o extremo Oeste com os polos econômicos de Guarapuava, Ponta Grossa e Curitiba (Colombo, 2021). Como parte do pagamento por esse trabalho, a família recebeu cerca de oitenta hectares de terra, território onde a identidade dessa comunidade se consolidou. Contudo, esse espaço foi drasticamente reduzido para os atuais três hectares, um processo que envolveu tanto a ocupação por fazendeiros quanto a criação do próprio Parque (Moassab; Bastos, 2019). Hoje, a comunidade é formada por cerca de 12 famílias que resistem e mantêm viva sua cultura, memória e sentimento de pertencimento.

O segundo ator fundamental nesta análise é o PNI, criado pelo Decreto nº 1.035 em 1939 e hoje uma das mais importantes unidades de conservação de proteção integral do Brasil. A criação do parque, embora essencial para a preservação da biodiversidade, gerou significativos desafios para as comunidades tradicionais em seu entorno. Ao ser classificado como uma unidade de "Proteção Integral" pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), o PNI passou a ser regido por uma lógica de preservação da natureza com acesso restrito, que, em geral, não permite populações residentes em seu interior. Essa imposição de limites e de práticas restritivas alterou drasticamente os modos de vida dessas populações, gerando um histórico de tensões entre a política de conservação e os direitos territoriais e culturais da comunidade Apepu (Bär, 2009). Este processo reflete uma lógica de separação entre humanidade e natureza que, como apontam pensadores indígenas como Ailton Krenak (2019), historicamente desconsidera os saberes ancestrais e as formas de vida que compreendem a terra não como um recurso a ser explorado, mas como uma extensão do próprio corpo e da coletividade.

Além disso, é importante destacar que os quilombos, além de serem locais de refúgio durante a escravidão, assumiram papel fundamental na resistência negra após a abolição. Como observa Santos (2018, p. 116), "os quilombos, além de serem locais de refúgio na época da escravidão, também se tornaram a única forma de resistência dos ex-escravos após a Lei Áurea, pois não foi elaborada uma política pública pós-abolicionista, que concedesse um apoio socioeconômico aos negros". Tal perspectiva evidencia a ausência histórica de políticas públicas específicas para a população negra no período pós-abolição, situação que reverbera até os dias atuais no contexto das comunidades quilombolas, tornando ainda mais necessária a reflexão sobre o papel do Estado e das políticas de desenvolvimento no reconhecimento e valorização desses territórios.

Diante de um histórico de invisibilidade, a iniciativa da Trilha Apepu emerge como um marco da nova fase de protagonismo do quilombo. Portanto, o objetivo deste artigo é analisar a implementação da Trilha Apepu como uma resposta a essa trajetória de invisibilidade, compreendendo-a como uma política em ação que aponta para o protagonismo comunitário e um futuro modelo de cogestão. Para isso, a análise será estruturada a partir de duas fases do ciclo de políticas públicas: primeiro a formulação será compreendida como o contexto de invisibilidade, aprofundado pela

criação do PNI e pelas regras do SNUC e segundo a implementação será analisada a partir da política de reconhecimento dos direitos territoriais e da identidade quilombola, que se consolida com o Decreto 4.887/2003, e que tem como resultado prático no território o início do protagonismo da comunidade, manifestado hoje em ações como a trilha, que pode ser entendida como um primeiro passo rumo a uma futura política de cogestão.

PERCURSO METODOLÓGICO

O presente artigo se baseia em uma abordagem metodológica qualitativa, por ser a mais adequada para aprofundar a compreensão do fenômeno da Trilha Apepu. A escolha por este caminho se fundamenta na valorização do "mundo da vida" e do saber prático dos sujeitos, princípio essencial desta abordagem. Conforme argumenta Maria Cecília de Souza Minayo, a pesquisa qualitativa se apropria do corpo de conhecimentos e experiências que cada pessoa possui, reconhecendo que é este saber prático que orienta os indivíduos a enfrentar seus problemas e a projetar o futuro (Minayo, 2018).

A escolha por esta abordagem se aprofunda na tradição da pesquisa etnográfica. Como aponta Bar (2009), a etnografia é uma ferramenta indispensável quando a pesquisa envolve relações interpessoais em cenários complexos. Embora esta pesquisa se concentre na análise documental, a lógica que o orienta é etnográfica, buscando compreender as nuances que moldam a relação entre a comunidade e o parque. O objetivo, conforme delineado no projeto que originou este artigo, é olhar para os sujeitos não como exóticos, mas como atores ativos na construção do conhecimento, valorizando suas experiências e sua participação na história.

A escolha pela abordagem qualitativa se alinha ao objetivo central deste estudo, que não reside na generalização estatística, mas na imersão profunda em um caso particular. Como reforça Mirian Goldenberg (2004, p. 14), na pesquisa qualitativa "a preocupação do pesquisador não é com a representatividade numérica do grupo pesquisado, mas com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, de uma instituição, de uma trajetória etc.". Portanto, o foco deste artigo é aprofundar a compreensão do processo histórico do Quilombo Apepu, e não medir ou quantificar seus resultados.

Para dar conta da complexidade deste tema, e buscando a apreensão dos sentidos e significados atribuídos à iniciativa da Trilha Apepu (Rodrigues, 2008), este estudo se concentrou na análise documental e bibliográfica. O acervo documental foi construído através do mapeamento e da seleção de documentos institucionais, da produção acadêmica sobre o tema e de notícias e materiais de divulgação sobre a trilha.

A análise do material coletado foi o momento de dar sentido à pesquisa. A técnica central utilizada foi a análise de conteúdo temática (Minayo, 2018), organizando a discussão a partir das fases do ciclo de políticas públicas (Souza, 2006). A análise examinou a formulação, a implementação e uma reflexão sobre os desafios e potencialidades da iniciativa. O material foi lido e organizado por temas e afinidades, e cada categoria foi então analisada à luz do referencial teórico.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A análise de políticas públicas se constitui como um campo de estudo multidisciplinar. Conforme aponta Celina Souza (2006), pesquisadores de diversas áreas partilham um interesse comum pelo tema, pois as políticas repercutem na economia e na sociedade, exigindo compreensão das inter-relações entre Estado, política e sociedade. Partindo de uma visão histórica, Souza identifica duas trajetórias distintas: na Europa, os estudos se desenvolveram com um forte viés sociológico e político, focados no papel do Estado e de suas instituições na construção do bem-estar social, já nos Estados Unidos, a trajetória se concentrou em uma abordagem mais pragmática, voltada para a análise das ações governamentais e a busca por soluções eficientes para problemas públicos.

Para compreender essas dinâmicas, Souza (2006) destaca a contribuição de seus "pais fundadores". Harold Lasswell, um cientista político precursor, por exemplo, introduziu a expressão "análise de políticas públicas" (policy analysis), defendendo que a pesquisa deveria servir para resolver problemas práticos da sociedade, buscando o diálogo entre diferentes atores. Herbert Simon, economista e cientista social laureado, trouxe o conceito de "racionalidade limitada", argumentando que os gestores públicos nunca têm todas as informações para tomar a decisão "perfeita", mas buscam soluções satisfatórias. Já Charles E. Lindblom, outro importante cientista político, contrapôs essa visão ao ressaltar a importância das

relações de poder, do papel das burocracias e dos grupos de interesse no processo decisório, mostrando que a elaboração de políticas é, em essência, um processo de negociação e conflito.

A partir das contribuições desses pensadores fundacionais do campo de políticas públicas, que estabeleceram as bases teóricas da disciplina, o presente artigo constrói sua própria lente de análise. Contudo, para dar conta da complexidade da trajetória do Quilombo Apepu, um processo social vivo e cheio de nuances, é preciso ir além dos modelos mais formais de análise. É por esta razão que o estudo se fundamenta na "avaliação sob uma abordagem antropológica" proposta por Gussi e Oliveira (2016). Para os autores, a chave para uma compreensão profunda não está em modelos rígidos, mas na construção do desenvolvimento da política. Essa abordagem permite analisar o percurso histórico e cultural, os conflitos, as ressignificações e, principalmente, os diferentes pontos de vista dos atores envolvidos, algo que as abordagens puramente institucionais ou racionalistas muitas vezes deixam de fora.

A análise da trajetória do Quilombo Apepu se debruça sobre a transição de um processo de invisibilidade histórica para um de protagonismo. A invisibilidade foi aprofundada pela implementação de políticas como o SNUC, que, ao forçar a realocação da comunidade, a desconectou de suas raízes e de seu espaço simbólico. O protagonismo, por sua vez, emerge da luta da comunidade por reconhecimento e empoderamento, utilizando a demarcação de suas terras como uma ferramenta para gerar novas oportunidades de desenvolvimento e construir uma nova narrativa de resistência. Este percurso, com suas sutilezas e profundas particularidades, exige uma abordagem que ultrapasse os modelos ortodoxos de avaliação de políticas públicas.

Para tanto, este artigo se fundamenta na avaliação sob uma abordagem antropológica proposta por Gussi e Oliveira (2016). Segundo os autores, a compreensão de uma política não se limita a indicadores isolados, mas se dá pela construção de sua trajetória: o percurso histórico, social e cultural que revela seus conflitos, ressignificações e os diferentes pontos de vista dos atores envolvidos. Portanto, é a partir deste referencial que o presente artigo se propõe a analisar o processo do Quilombo Apepu.

A análise da formação do Estado brasileiro, como aponta Oscar Oszlak (1978), foi guiada por interesses econômicos e por um ideal de "ordem e progresso" que se

sobrepôs aos modos de vida locais. Essa lógica serviu como justificativa para ações estatais, como a criação de grandes unidades de conservação como o caso do PNI, ignorando as populações tradicionais que habitavam o mesmo território. Assim, a invisibilidade histórica do Quilombo Apepu pode ser entendida não como algo do acaso, mas como consequência de um processo que priorizou um modelo específico de desenvolvimento em detrimento das comunidades. Esse processo reflete o que Ailton Krenak e o pensador quilombola Nego Bispo criticam como um modelo ocidental que impõe uma visão única de progresso, desconsiderando e subjugando os saberes e modos de vida ancestrais que compreendem a natureza não como um recurso, mas como parte integrante da existência.

Para compreender a emergência do protagonismo do Quilombo Apepu, o presente estudo dialoga com a perspectiva de Gaitán e Boschi (2015) sobre a formação de coalizões para o desenvolvimento. Embora os autores analisem articulações em nível nacional, essa dinâmica também se manifesta em escala local. A Trilha Apepu é um exemplo concreto disso. Ela se configura como uma coalizão particular, cujos atores são claros: de um lado, a comunidade quilombola, com sua força de trabalho e saberes ancestrais, do outro, o Estado, via gestão do PNI. Nota-se que esta parceria transcende meros interesses econômicos, pois cria novos espaços de participação que promovem a visibilidade, o sentimento de pertencimento e o empoderamento do território e das pessoas que guardam sua memória.

Contudo, é preciso analisar criticamente o próprio conceito de "desenvolvimento", que muitas vezes se confunde com um crescimento desenfreado. A iniciativa da Trilha Apepu pode ser compreendida não apenas como uma busca por sustentabilidade, mas como um ato de contracolonização, conceito proposto por Nego Bispo (2023). Para o autor, a contracolonização consiste em "retomar os nossos modos de ser, estar, saber, fazer, viver e conviver", resistindo a um modelo único de progresso que historicamente nega outras formas de existência. Portanto, a análise desta coalizão questionará como a parceria lida com as tensões entre a lógica desenvolvimentista e essa retomada de saberes.

Além disso, a importância desta iniciativa reside na sua tentativa de alinhar a valorização da cultura e dos saberes ancestrais do quilombo com as necessidades de desenvolvimento da comunidade. Em teoria, essa abordagem busca se alinhar ao chamado "tripé da sustentabilidade", que preza pelo equilíbrio entre os pilares

econômico, social e ambiental. Contudo, como alertam Martine e Alves (2015), o que na teoria é um "tripé" pode se transformar, na prática, em um "trilema", onde a conciliação entre esses objetivos é um desafio constante. Portanto, este artigo analisa a Trilha Apepu não como uma solução simples, mas como um complexo espaço de negociação de tensões, buscando compreender como a parceria lida com o desafio de conciliar a necessidade de gerar benefícios econômicos, a luta pelo protagonismo social e cultural da comunidade, e as rígidas regras de conservação do Parque.

Uma vez compreendida a Trilha Apepu como uma coalizão entre diferentes atores, e ciente da complexa conexão necessária para que ela funcione, torna-se fundamental analisar como os resultados e impactos dessa iniciativa podem ser avaliados. Para isso, este artigo se baseia também nas propostas de avaliação de políticas públicas de Marta Arretche (2013). A autora apresenta três dimensões de análise que se mostram cruciais para este estudo: a eficiência, que questiona se o custo do investimento corresponde aos benefícios gerados, a eficácia, que verifica se a trilha cumpre seus objetivos declarados de preservar os saberes tradicionais e, principalmente, a efetividade, que busca compreender se a iniciativa, de fato, empodera a comunidade, gerando transformações sociais positivas e duradouras para o quilombo.

Finalmente, para além da avaliação dos resultados, a análise se aprofunda na implementação da Trilha Apepu na prática. Para isso, o estudo dialoga com a perspectiva de Pires e Gomide (2021), que focam nos arranjos de implementação: a configuração das relações entre os atores, como o Quilombo e o ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade) e os instrumentos, como o acordo de parceria que fazem a política acontecer no dia a dia. Segundo os autores, a qualidade deste arranjo é o que permite "ativar" as capacidades estatais necessárias para o sucesso da iniciativa. Isso ocorre, pois, um bom arranjo, baseado na confiança e no diálogo, pode mobilizar recursos e conhecimentos que o Estado sozinho não possui, especialmente suas capacidades político-relacionais. O desafio da Trilha Apepu, portanto, reside em como esse arranjo ativa a habilidade do Estado de dialogar, negociar e construir soluções conjuntas com a comunidade, garantindo que a parceria seja efetiva e legítima para todos os envolvidos.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

A trajetória do Quilombo Apepu é marcada por um processo de esquecimento, perda de terras e esvaziamento populacional. Contudo, a partir de seu reconhecimento oficial como comunidade remanescente de quilombo em 2006, iniciou-se um movimento de reconstituição da identidade e de busca por protagonismo. Nesse contexto, a Trilha Apepu deve ser analisada não apenas como um projeto turístico, mas como os primeiros passos da implementação de uma nova política de parceria entre o quilombo e o PNI, que visa à autonomia e à possível autogestão da comunidade.

Essa iniciativa constitui uma estratégia capaz de proporcionar meios para que os moradores se sustentem em seu próprio território e fortaleçam seu espaço de pertencimento, conciliando o desenvolvimento sustentável com a valorização dos saberes ancestrais. Além disso, a Trilha Apepu funciona como estágio inicial de uma futura política de cogestão, articulando os três pilares essenciais para o quilombo (econômico, social e ambiental) e servindo como base para a resistência e a manutenção da comunidade.

Para organizar a análise, esta seção será estruturada em duas grandes fases do ciclo de políticas públicas: formulação, que examina o contexto histórico de invisibilidade e perda territorial e implementação, que analisa a concretização da política por meio da Trilha Apepu. Essa abordagem será complementada por reflexões sobre avaliação de impactos e desafios, evidenciando como a parceria entre comunidade e Estado constrói novas possibilidades de protagonismo e autogestão.

Formulação: Da Invisibilidade à Construção do Problema

A formulação da política de conservação que impactou o Quilombo Apepu não se inicia com uma lei específica, mas com um longo processo histórico que construiu a invisibilidade da comunidade. A origem do Quilombo, hoje localizado em São Miguel do Iguaçu, Paraná, remonta há mais de 120 anos, com a chegada de João Corrêa da Cruz e Maria Benvida Corrêa da Cruz na primeira década do século XX. A vinda da família para a região esteve ligada ao trabalho na construção da infraestrutura que conectaria o território, como as linhas telegráficas e a estrada carroçável que ligava o Oeste do Paraná com os polos econômicos de Guarapuava e Curitiba. Como parte do

pagamento por esse trabalho, a família recebeu cerca de oitenta hectares de terra, território onde a identidade dessa comunidade se consolidou, baseada na cultura e no sentimento de pertencimento (Colombo, 2021; Portz; Decurgez; Silva, 2017).

Em paralelo, a formação do Estado brasileiro, como analisa Oscar Oszlak (1978), foi guiada por um ideal de "ordem e progresso" que se sobreponha aos modos de vida locais. A criação do Parque Nacional do Iguaçu em 1939 ilustra essa lógica: um ato do Estado que tratou a área como um "vazio demográfico". Essa mentalidade reflete o que Ailton Krenak (2019, p. 34) denuncia ao afirmar que a ideia de natureza foi criada para ser apartada da cultura, transformando-a em um recurso ou em um cenário a ser admirado à distância. Para Krenak, essa separação é uma "abstração" que suspende a nossa pertença à Terra, justificando a remoção de povos que, como o Quilombo Apepu, são parte indissociável do próprio território.

Como consequência, essa orientação se materializou em uma profunda transformação e perda territorial para a comunidade. A redução da área original para os atuais três hectares foi resultado de uma combinação de fatores, incluindo a venda de lotes por membros da própria comunidade e de forma decisiva, a criação do PNI. A documentação sobre o tema é clara ao apontar que, com a delimitação da unidade de conservação, "parte da terra foi ocupada pelo parque nacional e parte por fazendeiros" (Moassab; Bastos, 2019, p. 18). A consolidação do PNI como uma área de proteção integral, regida posteriormente pelo SNUC, impôs severas restrições à comunidade, como a realocação e a perda do acesso a áreas fundamentais para suas práticas ancestrais, como a coleta de ervas medicinais e a caça de subsistência.

Desse modo, não se tratou apenas de perda material, mas uma interferência direta nos direitos e nos modos de vida da comunidade, o que contribuiu para um longo período de invisibilidade, um padrão observado em outras áreas de conservação no Brasil (Bär, 2009). O ponto de virada nessa trajetória de silenciamento ocorreu em dezembro de 2006, quando a comunidade obteve o reconhecimento oficial como comunidade remanescente de quilombo pela Fundação Cultural Palmares (Dozzo; Morais, 2024, p. 14). Essa certificação, um marco na implementação de políticas públicas de reconhecimento, conferiu ao Apepu um novo status político e jurídico, formulando um novo problema para o Estado: como lidar, agora, com uma comunidade oficialmente reconhecida no entorno de uma de suas mais importantes unidades de conservação. É a partir deste novo cenário que a

possibilidade de uma política de parceria, como a Trilha Apepu, começa a ser construída. É justamente nesse cenário que a política nacional ganha relevo. A criação do Programa Brasil Quilombola, ancorada no Decreto nº 4.887/2003, estabeleceu pela primeira vez um procedimento oficial para a titulação de terras quilombolas, inserindo a questão na agenda do Estado brasileiro. Essa política, portanto, formulou um novo cenário, onde comunidades historicamente invisibilizadas, como o Apepu, passaram a ter um instrumento legal para lutar por seus direitos territoriais e por seu reconhecimento formal. A certificação do Apepu em 2006, portanto, materializa localmente a implementação dessa política e reconfigura os termos do debate no entorno do PNI. Assim, a busca do Apepu por protagonismo é também uma luta de saberes pela legitimidade de outras formas de existir e de gerir o território.

Tomada de Decisão

A decisão de implementar a Trilha Apepu não foi um ato isolado, mas o resultado de um processo de negociação que pode ser compreendido como a formação de uma coalizão entre múltiplos atores em busca do desenvolvimento local (Gaitán; Boschi, 2015). Segundo a literatura, a iniciativa emergiu da convergência de interesses da comunidade e do ICMBio, evidenciando que, independentemente de quem propôs a ideia inicialmente, a decisão final resultou de um acordo estratégico entre as partes. A criação da Trilha Apepu em parceria com o ICMBio destaca o potencial do turismo local como fonte de renda e conscientização cultural (Dozzo; Morais, 2024, p. 24).

A perspectiva da comunidade é central para a análise. Relatos indicam que o líder comunitário, Roberto Correa, demonstrou grande entusiasmo com o projeto, descrevendo-o como um convênio positivo firmado com o ICMBio (Dozzo; Morais, 2024, p. 21). Esse relato evidencia que, do ponto de vista do quilombo, a decisão foi percebida não como uma imposição, mas como uma parceria colaborativa, refletindo a natureza conjunta da tomada de decisão.

A escolha por este modelo de parceria, em detrimento de alternativas como manter a situação atual ou conceder a área a grandes empresas de turismo, reflete uma decisão política significativa. Entre os fatores que pesaram para essa decisão estão a pressão histórica da comunidade por reconhecimento, a abertura de uma nova

gestão no parque que buscava aproximar-se do território e o potencial de desenvolvimento local e sustentável evidenciado pelo turismo comunitário. Esta opção sinaliza uma mudança na forma como o Estado se relaciona com a comunidade, transitando de um modelo puramente restritivo para um que busca diálogo e soluções conjuntas, o que se reflete em um projeto de turismo local focado no desenvolvimento responsável e na valorização cultural (Dozzo; Morais, 2024).

Implementação: A Trilha Apepu como Política em Ação

A fase de implementação de uma nova política para o Quilombo Apepu teve início com o Decreto nº 4.887/2003, que estabeleceu as bases legais para o reconhecimento de territórios quilombolas. O efeito prático dessa normativa foi a certificação do Apepu em 2006, conferindo à comunidade um novo status político e jurídico que abriu caminho para estratégias de afirmação local, como a criação da trilha. Esse momento marca a transição da invisibilidade histórica para o exercício efetivo de direitos, articulando políticas públicas de reconhecimento com iniciativas de desenvolvimento comunitário. Além disso, é importante destacar que, a partir dos anos 2000, políticas públicas específicas passaram a ser implementadas, por meio de ações afirmativas como a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR), o Programa Brasil Quilombola e a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) (Silva, 2018).

A Trilha Apepu, nesse contexto, não se resume a um projeto turístico, mas constitui a materialização de uma política de cogestão. A iniciativa nasceu da convergência de interesses entre o ICMBio e a comunidade, configurando uma coalizão que transformou oportunidades de turismo em ganhos sociais, culturais e econômicos. Inserida no conceito de Turismo de Base Comunitária (TBC), a experiência busca alinhar a geração de benefícios para os moradores com os objetivos de conservação do PNI, destacando-se como alternativa capaz de unir geração de renda e valorização cultural (Dozzo; Morais, 2024, p. 24).

Fisicamente, o percurso da Trilha Apepu inicia-se na divisa do quilombo com a floresta do Parque Nacional do Iguaçu e avança cerca de 3.340 metros até o Rio Iguaçu, totalizando 6.680 metros de ida e volta, que podem ser percorridos a pé ou de bicicleta (Dozzo; Morais, 2024, p. 22). Localizada em área anteriormente ocupada por outra concessão turística, a trilha foi reativada como parte de uma estratégia do

parque de aproximação com as comunidades do entorno, reforçando a articulação entre conservação ambiental e protagonismo comunitário.

A condução da atividade é realizada por um guia morador do quilombo e também trabalhador do parque. Durante o percurso, ele não apenas apresenta a biodiversidade, mas sobretudo compartilha histórias e memórias coletivas, conectando a paisagem à trajetória de seus antepassados. Assim, a experiência ultrapassa o turismo convencional: constitui um ato de afirmação cultural e histórica, resgatando a memória comunitária como elemento central da identidade quilombola (Portz; Decurgez; Silva, 2017). Dessa forma, a experiência da Trilha Apepu evidencia como políticas públicas de reconhecimento territorial, quando associadas a iniciativas locais de valorização cultural e desenvolvimento sustentável, podem gerar novas oportunidades de autonomia e consolidar arranjos de gestão compartilhada no território quilombola.

Avaliação e Desafios

A avaliação da Trilha Apepu evidencia avanços significativos, embora também revele limitações estruturais a serem consideradas. No plano econômico, a iniciativa contribuiu para a geração de renda local, oferecendo à comunidade meios para se sustentar em seu território, criando oportunidades que antes não existiam e fortalecendo a autonomia da população (Portz; Decurgez; Silva, 2017). Paralelamente, a Trilha desempenha um papel cultural e ambiental relevante, promovendo a valorização dos saberes, das práticas tradicionais e da memória coletiva da comunidade, reforçando sua identidade quilombola. É importante destacar que, historicamente, os quilombos assumiram papel central na resistência negra, especialmente após a abolição, quando não havia políticas públicas de apoio socioeconômico aos ex-escravizados (Silva, 2018).

Apesar desses avanços, persistem desafios significativos que dificultam a efetivação de direitos e a consolidação de políticas de desenvolvimento sustentável para o Quilombo Apepu. Aprofundando a análise desses obstáculos, a burocracia institucional, citada por Souza (2006) como um entrave recorrente na implementação de políticas, manifesta-se na lentidão dos processos para obter licenças e na complexa articulação com as diferentes esferas do poder público, gerando um desgaste que pode desmobilizar a comunidade. Somada a isso, a falta de recursos humanos

especializados, como gestores de projetos ou técnicos em turismo sustentável dentro do próprio quilombo, cria uma dependência de parceiros externos e dificulta a plena autonomia na gestão da iniciativa. No plano material, a infraestrutura precária, como as condições da estrada de acesso e a dificuldade de conexão com a internet, impõe barreiras concretas à divulgação e à recepção de visitantes. Contudo, é a questão fundiária não resolvida que se impõe como o desafio estrutural mais profundo. A ausência da demarcação completa do território ancestral, uma luta histórica das comunidades quilombolas (Silva, 2018), gera uma insegurança jurídica que impede um planejamento robusto de longo prazo e limita a capacidade de investimento e desenvolvimento de novas frentes de trabalho.

Dessa forma, a Trilha Apepu não deve ser compreendida como um resultado final, mas como o ponto de partida para políticas de cogestão. O desafio, contudo, é superar uma visão puramente instrumental da parceria. Como ensina Nego Bispo (2023), a relação com o território deve ser de reciprocidade, pois "a terra dá, a terra quer". Uma cogestão efetiva, sob essa ótica, não se limitaria a gerenciar recursos, mas a restabelecer um diálogo onde as práticas agroecológicas e a permanência da comunidade no território são entendidas como formas de "devolver" à terra o cuidado que ela proporciona, garantindo um futuro que seja verdadeiramente sustentável e alinhado aos interesses da população local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a Trilha Apepu representa uma mudança significativa na forma como políticas de conservação e desenvolvimento sustentável têm sido implementadas no entorno do Parque Nacional do Iguaçu. A iniciativa marca o início do protagonismo da comunidade quilombola Apepu, oferecendo oportunidades de geração de renda, valorização cultural e aproximação entre o Parque e a população local.

No entanto, uma avaliação completa de sua efetividade ainda é prematura, pois a política é recente e os impactos estruturais, sociais e econômicos demandam mais tempo para serem plenamente mensurados. Nesse sentido, estudos futuros podem aprofundar essa análise por meio de observações diretas, entrevistas com moradores e acompanhamento ao longo do tempo das dinâmicas da Trilha Apepu. A continuidade e ampliação das pesquisas acadêmicas são fundamentais não apenas

para a produção de conhecimento, mas também para fornecer subsídios concretos que fortaleçam a luta do quilombo por reconhecimento, apoio institucional e políticas públicas mais consistentes.

Além disso, experiências futuras de políticas públicas voltadas para o Apepu poderiam considerar a utilização dos perímetros do parque ocupados pelas famílias para práticas de produção em pequena escala e agroecológicas. Tais ações poderiam criar áreas com maior diversidade biológica e social, promover crescimento econômico local, aumentar a renda e diversificar serviços próximos, sem recorrer à urbanização, fortalecendo áreas rurais com infraestrutura adequada e incentivando a permanência das pessoas na comunidade, a valorização de seu trabalho e a melhoria da qualidade de vida.

Portanto, a Trilha Apepu deve ser compreendida não como um resultado final, mas como o ponto de partida para políticas de cogestão mais amplas, capazes de articular conservação ambiental, desenvolvimento sustentável e protagonismo comunitário de forma integrada. Reforça-se, assim, a importância de investir em pesquisas contínuas e interdisciplinares, que deem visibilidade às experiências da comunidade e consolidem bases sólidas para o fortalecimento do quilombo no longo prazo.

REFERÊNCIAS

ARRETCHÉ, Marta T. S. Tendências no estudo sobre avaliação de políticas públicas. **Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política**, ano I, n. 1, p. 126-133, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://revistaterceiomilenio.uenf.br/index.php/rtm/article/view/64/113>. Acesso em: 14 dez. 2025.

BÄR, Eliana Cristina. **Parque Nacional do Iguaçu e comunidades do entorno: gestão e conflitos**. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/93347/267248.pdf?sequence=1%3C>. Acesso em: 14 dez. 2025.

BOSCHI, Renato; GAITÁN, Flavio. **Estado, atores predominantes e coalizões para o desenvolvimento: Brasil e Argentina em perspectiva comparada**. Brasília: Ipea, 2015. (Texto para Discussão, n. 2098). Disponível em: <https://www.econstor.eu/bitstream/10419/121731/1/827688482.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2025.

COLOMBO, Leonir Oldérico. A origem do Quilombo Apepu e a questão fundiária. **Projectare**, n. 11, p. 221-241, nov. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/Projectare/article/view/21474>. Acesso em: 14 dez. 2025.

DOZZO, Ana Caroline Alves da Cunha; MORAIS, Marcia Dahmer de. A Resiliência da Comunidade Quilombola Apepu em Zona Fronteiriça. **Tempo da Ciência**, Toledo, v. 31, n. 62, p. 10-27, jul./dez. 2024. Disponível em: <https://saber.unioeste.br/index.php/tempodaciencia/article/view/34753>. Acesso em: 14 dez. 2025.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GUSSI, Alcides Fernando; OLIVEIRA, Breyner Ricardo de. Políticas públicas e outra perspectiva de avaliação: uma abordagem antropológica. **Desenvolvimento em Debate**, v. 4, n. 1, p. 83-101, 2016. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/32515/1/2017_eve_afgussibroliveira.pdf. Acesso em: 14 dez. 2025.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MARTINE, George; ALVES, José Eustáquio Diniz. Economia, sociedade e meio ambiente no século 21: tripé ou trilema da sustentabilidade? **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 32, n. 3, p. 599-625, set./dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepop/a/pXt5ZtxqShgBKDJVTDjfWRn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 dez. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2018.

MOASSAB, Andréia; BASTOS, Tiago. Direito ao Território no Quilombo Apepu. **Caderno Maloca**, Foz do Iguaçu, n. 1, set. 2019. Disponível em: <https://divulga.unila.edu.br/maloca/wp-content/uploads/sites/28/2023/09/Caderno-Maloca-n1-2023.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2025.

OSZLAK, Oscar. O processo de formação do Estado na América Latina. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 4, p. 5-32, out./dez. 1978. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap>. Acesso em: 14 dez. 2025.

PIRES, Roberto; GOMIDE, Alexandre de Avila. Arranjos de implementação e ativação de capacidades estatais para políticas públicas: o desenvolvimento de uma abordagem analítica e suas repercussões. **Boletim de Análise Político-Institucional**, n. 28, p. 7-12, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/90cd2683-45f5-4961-b6cb-c0116f4dcc1b/content>. Acesso em: 14 dez. 2025.

PORTZ, D. A.; DECURGEZ, S. D.; SILVA, K. C. O Quilombo Apepu: Memória e Representação de Uma Comunidade. **Revista Unila Extensão & Cidadania**, n. 1, p. 86-97, 2017. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/ruec/article/view/1087>. Acesso em: 14 dez. 2025.

RODRIGUES, José. **A pesquisa em ciências humanas**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

SANTOS, Antônio Bispo dos; PEREIRA, Santídio. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

SILVA, André Ricardo Fonseca da. Políticas Públicas para Comunidades Quilombolas: uma luta em construção. **Política & Trabalho**, n. 48, p. 115-128, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://www.proquest.com/openview/8ffe3bf4a14cd2cc726a890d214e6ea7/1?pq-origsite=gscholar&cbl=2040281>. Acesso em: 14 dez. 2025.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/5605>. Acesso em: 14 dez. 2025.